

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 14.310.577/0001-04

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.164	14.943	8.467	16.740
Contas a receber	5	56.907	19.005	784.489	94.672
Partes relacionadas	7.1	–	–	22.500	30.000
Estoques	6	–	–	20.000	17.154
Adiantamento a terceiros	7.619	938	19.454	8.899	
Despesas antecipadas	1.493	287	3.478	3.294	
Impostos a recuperar	8	2.675	2.202	8.574	9.118
Outros ativos	6.617	21.401	31.769	55.321	
Total do ativo circulante	82.475	58.776	898.731	235.198	
Ativo não circulante					
Contas a receber	5	68.089	74.223	55.172	58.718
Partes relacionadas	7.1	1.120.523	1.149.456	5.365.847	5.637.389
Impostos a recuperar	8	–	–	14	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	309.632	–	319.924	
Depósitos judiciais e outros	23.777	27.282	37.391	41.845	
Despesas antecipadas	3.502	52	5.637	806	
Títulos a receber	39.460	39.455	1.056.279	1.126.445	
Outros ativos	431	300	2.195	1.636	
Investimentos	9	479.001	489.964	5.818	5.632
Imobilizado	10	8.932	10.784	27.554	38.831
Intangível	2	1	824	1.264	
Total do ativo não circulante	2.053.349	1.791.517	6.876.655	6.912.586	
Total do ativo	2.135.824	1.850.293	7.775.386	7.147.784	
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	12	39.528	184.473	637.010	788.339
Empréstimos e financiamentos	11.2	–	93.877	87.446	
Salários, provisões e contribuições sociais	28.282	24.956	97.815	79.847	
Tributos e contribuições a recolher	321.727	301.806	653.728	603.234	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	194.930	215.937	
Partes relacionadas	7.1	3.049	3.049	165.355	176.818
Adiantamentos de terceiros	13	267	1.108	267	
Receita diferida	14	1.108	–	17.724	1.475
Parcelamento de tributos federais	–	–	131.012	1.133	132.679
Conta corrente de consórcios	10.682	10.817	26.084	26.279	
Retenções contratuais	56.202	14.393	56.202	14.393	
Acordo global órgãos públicos	64.568	81.484	109.535	126.097	
Outras passivos	–	–	–	–	
Total do passivo circulante	525.146	769.981	2.038.252	2.274.314	
Passivo não circulante					
Fornecedores	12	430.165	28.269	576.704	142.794
Empréstimos e financiamentos	11.2	–	31.862	7.390	39.200
Tributos e contribuições a recolher	24.152	19.038	45.247	21.490	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	–	280.757	6.893	292.465
Parcelamento de tributos federais	24.157	24.157	30.332	46.894	
Partes relacionadas	7.1	374.082	378.757	7.477.259	7.974.893
Adiantamentos de terceiros	13	4.065	4.065	14.836	14.836
Provisão para contingências	17	387.683	381.683	462.389	480.652
Provisão para perdas em investimentos	9	3.455.338	4.376.472	(3)	52
Títulos a pagar	22	53.883	45.378	295.339	325.404
Receita diferida	14	103.891	116.383	234.727	338.827
Acordo global órgãos públicos	483.665	69.627	483.666	69.627	
Outros passivos	250.571	235.891	49.742	35.291	
Total do passivo não circulante	5.591.652	5.992.339	9.684.521	9.782.425	
Patrimônio líquido					
Capital social	16	1.233.895	1.233.895	1.233.895	1.233.895
Reserva de capital	–	1.161	1.161	1.161	1.161
Outros resultados abrangentes	(1.052.101)	(1.180.103)	(1.052.101)	(1.180.103)	
Prejuízos acumulados	(4.163.929)	(4.958.980)	(4.163.929)	(4.958.980)	
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos controladores	(3.980.974)	(4.912.027)	(3.980.974)	(4.912.027)	
Participações dos não controladores	–	–	33.587	3.072	
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(3.980.974)	(4.912.027)	(3.947.387)	(4.908.955)	
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.135.824	1.850.293	7.775.386	7.147.784	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo COESA – A Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial (atual denominação da Construtora OAS S.A.) (“COESA” ou “Companhia”) é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi na cidade de São Paulo/SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo COESA” e individualmente como “entidades do Grupo ou controladas”), conforme descritas na nota 1.3. A Companhia tem como acionista, a controladora COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) (“COESA P&E”) (nota 1.2 e 16) (“Controladora”) Holding do Grupo COESA. A Companhia e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, inclusive o gerenciamento e execução de projetos e obras, e a participação em Companhias de qualquer ramo empresarial. 1.1. Recuperação judicial do Grupo COESA: Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retracção do setor de construção civil e da economia e (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Fórum Central da Comarca do Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 111.1746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial”). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender, de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Fórum Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“1ª Vara de Recuperação”) decretou o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52), e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspres Consultores Ltda. Em 24 de outubro de 2022, o MM, Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo/SP, homologou, com ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial unitário apresentado pelas devedoras e aprovado pelos credores em assembleia, bem como concedeu a recuperação judicial à COESA PARTICIPAÇÕES E ENGENHARIA S.A., CONSTRUTORA COESA S.A., COESA CONSTRUÇÃO E MONTAGENS S.A., COESA ENGENHARIA LTDA, COESA LOGÍSTICA E COMÉRCIO EXTERIOR S.A., OAS INVESTMENTS LIMITED e OAS FINANCE LIMITED. 1.2. Situação financeira atual: Capital Circulante Negativo e Passivo a descoberto: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Capital Circulante negativo na Controladora e no consolidado de R\$ 442.670 e R\$ 1.147.077, respectivamente e Passivo a descoberto de R\$ 3.976.075 e R\$ 3.942.287, respectivamente. A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável tem caráter provisório e deve-se, principalmente, à forte retracção do setor e da economia em geral; ao ambiente negocial restritivo que fez a companhia revisar para baixo suas expectativas de recebimento de créditos; e sobretudo, à retracção do crédito, em função das notícias relacionadas às investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. 1.3. Entidades do grupo: a) Empresas controladas: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas: das informações consolidadas:

Empresas	Participação no Capital Social	
	2022	2021
	Direta	Indireta
Construção:		
Construtora OAS S.A. – Sucursal Costa Rica (“Construtora OAS – Costa Rica”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Equador (“Construtora OAS – Equador”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Guatemala (“Construtora OAS – Guatemala”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Haiti (“Construtora OAS – Haiti”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Honduras (“Construtora OAS – Honduras”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Panamá (“Construtora OAS – Panamá”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Peru (“Construtora OAS – Peru”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal República Dominicana (“Construtora OAS – RD”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Trinidad & Tobago (“Construtora OAS – T & T”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Uruguai (“Construtora OAS – Uruguai”)	100,00%	–
Construtora OAS S.A. – Sucursal Venezuela (“Construtora OAS – Venezuela”)	100,00%	–
Construtora OAS South Africa Ltda. (“South Africa”)	100,00%	–
Edificações Itaigara S.A. (“Edificações Itaigara”)	50,10%	–
Gandines S.A. (“Gandines”)	100,00%	–
KPE Performance em Engenharia S.A.	–	77,62%
OAS African Investments Limited (“OAS African”)	100,00%	–
OAS Central American Investing (“OAS Central American”)	100,00%	–
OAS Energy GmbH (“OAS Energy”)	100,00%	–
OAS International Engineering GMBH	100,00%	–
OAS Nacala Ltda. (“OAS Nacala”)	99,00%	–
OGI Assets Ltd. (“OGI Assets”)	100,00	

... continuação

principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar, individualmente, cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento teve impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não é substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal correto e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensá-los, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e maiores detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.3. **c) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor do custo e o valor líquido realizável. **d) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos, são descontados com o intuito de reconhecer-lhos em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **I) Reconhecimento da receita:** **i.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **m) Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um percentual e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma medida de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **n) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. **o) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente: Definição de um negócio (alteração a IFRS 3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se devem ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Impacts da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); • não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfazem esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor: Contratos onerosos – Custo de cumprimento do contrato (Alterações a IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quanto da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarecer aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adocção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações a IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circular ou Não-circular. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circular e não-circular. Alteração a IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarecer aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "base 2"). As alterações são obrigatorias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclareceram aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. A aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas – 3.1. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRS's e os CPC's, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **a) Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de empréstimos adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presunções ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. **e.4) Consórcios:** A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. **f) Tributação:** **f.1) Impostos de renda correntes:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no final do exercício. **f.2) Impostos de renda diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido"), é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos, não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperização de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos diferidos ativos e passivos que possam ser liquidados ou realizados no mesmo período. **g) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido quando os seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e sua utilidade é reconhecida no balanço quando o valor da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **h) Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua saída em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos, são descontados com o intuito de reconhecer-lhos em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **l) Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **m) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas, poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **b) Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos:** O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos, e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedem à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. **b.2) Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Caixa e bancos	6.814	408
Certificados de depósito bancário – CDB	350	14.535
Aplicações financeiras	–	72
Demais aplicações financeiras	–	9
Total	7.164	14.943

As aplicações financeiras são basicamente, operações vinculadas CDB's renumerados por taxas que variam entre 75,00% a 108,00% do CDI. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa, têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

...continuação

Construtora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial											
Passivo	Controladora		Consolidado		7.2. Transações comerciais		Controladora		Consolidado		11. Outros ativos e passivos financeiros – 11.1. Empréstimos e financiamentos: Garantias – As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. Derivativos: A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021. 11.2. Valor justo: Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis.
	2022	2021	2022	2021	Subtotal	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	2022	2021	2022	2021	
Coesa Engenharia Ltda	7.377	7.920	–	–	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	21.331	21.331	21.331	21.331	–	–
COESA Logística	27.538	28.236	–	–	Linea Amarilla SAC	–	–	855	870	–	–
OAS Energy GmbH	146.915	146.915	–	–	OAS Energy	650	650	–	–	–	–
Construtora OAS – Sucursal Equador	13.400	13.400	–	–	Porto Novo	36.908	36.908	36.908	36.908	–	–
OAS African	44.769	44.769	–	–	Outros	1.134	1.134	–	–	–	–
COESA C&M	3.405	6.578	19	–	Subtotal	100.860	100.069	97.110	96.524	–	–
OAS Finance Limited	72.301	72.301	72.297	72.301	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(31.519)	(31.519)	(31.519)	(31.519)	–	–
Construtora COESA – Sucursal Bolívia	53.716	53.716	–	–	Total	69.341	68.550	65.591	65.005	–	–
OAS Investments Limited (a)	–	–	7.327.459	7.844.544	Ativo circulante	791	–	13.042	11.588	–	–
OAS African	–	–	13.536	13.536	Ativo não circulante	68.550	68.550	52.549	53.419	–	–
OAS Soluções Ambientais	–	–	2.294	3.656	–	–	–	–	–	–	–
Metha S.A.	–	–	47	–	Na rubrica "contas a receber" e "receita bruta" estão apresentados os saldos das transações comerciais realizadas com as partes relacionadas da Companhia. Nas entidades com sede no Brasil, as receitas e os recebíveis estão relacionados, substancialmente, à prestação de serviços de construção, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e a seguinte:	–	–	–	–	–	–
Outros	4.661	4.922	61.501	40.856	–	–	–	–	–	–	–
Total	374.082	378.757	7.477.259	7.974.893	–	–	–	–	–	–	–
Passivo circulante	374.082	378.757	7.477.259	7.974.893	–	–	–	–	–	–	–
Passivo não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	374.082	378.757	7.477.259	7.974.893	–	–	–	–	–	–	–
a) Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes, sem a incidência de encargos financeiros;	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos com partes relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial: Conforme mencionado na nota 1.2, os saldos que a Companhia mantém com outras empresas, e que estão sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, foram reclassificados para título a receber e a pagar (Nota 23).	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
7.2. Transações comerciais											
Ativo	Controladora		Consolidado		IR e CSLL retidos na fonte (a)		Controladora		Consolidado		11. Outros ativos e passivos financeiros – 11.1. Empréstimos e financiamentos: Garantias – As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. Derivativos: A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021. 11.2. Valor justo: Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis.
	2022	2021	2022	2021	IR e CSLL retidos na fonte (a)	–	2022	2021	2022	2021	
Contas a receber – Clientes	10.188	10.188	10.188	10.188	INSS a recuperar	–	–	–	–	–	–
Concessionária Rota Atlântico S.A.	–	–	15.641	15.641	Outros	1.427	1.436	1.513	1.588	–	–
Construtora OAS Angola Ltd	–	–	–	–	Circulante	2.675	2.202	8.588	9.138	–	–
Construtora OAS – Bolívia	17.355	17.355	–	–	Não circulante	2.675	2.202	8.574	9.118	–	–
Construtora OAS – GE	258	268	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Guiné	5.247	4.456	791	–	Total	69.341	68.550	65.591	65.005	–	–
Construtora OAS – Uruguai	7.741	7.741	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Edificações Itaiara	38	38	–	–	–	–	–	–	–	–	–
EPASA	–	–	11.396	11.586	–	–	–	–	–	–	–
9. Investimentos – Informações sobre empresas investidas											
Controladas	Ativo total	2022	Ativo total	2021	Passivo total	2022	Passivo total	2021	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	2022	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2021	2021	2022	2021	2021
Coesa	183.387	136.786	173.791	130.630	9.596	6.156	6.156	(3.321)	(3.321)	(5.055)	–
Construtora OAS – Angola	331	256	365	282	(34)	(26)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Argentina	1.232	2.801	4.194	9.534	(2.962)	(6.733)	–	(1.871)	–	–	–
Construtora OAS – Bolívia	1.218.004	1.161.732	2.892.190	2.219.386	(1.674.186)	(1.057.654)	–	(111.461)	–	–	–
Construtora OAS – Chile	573	502	230.605	184.990	(230.032)	(184.488)	–	(1.619)	(12.183)	–	–
Construtora OAS – Colômbia	1.521	1.425	1.955	2.184	(434)	(759)	220	44	43	–	–
Construtora OAS – Costa Rica	164.208	123.896	318.319	234.630	(154.111)	(110.734)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Equador	14.926	11.531	100.863	77.917	(85.937)	(66.386)	–	(5.666)	–	–	–
Construtora OAS – Guatemala	615	514	7.004	5.410	(6.389)	(4.896)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Haiti	97.251	75.127	229.364	176.870	(132.113)	(101.743)	(135)	102	–	–	–
Construtora OAS – Honduras	3.027	2.335	16.240	12.526	(13.213)	(10.191)	–	–	647	–	–
Construtora OAS – Panamá	309	339	11.697	9.036	(11.388)	(8.797)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Peru	670.154	527.224	926.814	602.327	(256.660)	(75.103)	23.344	(2.595)	–	–	–
Construtora OAS – RD	–	–	2.842	2.310	(2.842)	(2.310)	10	(14)	–	–	–
Construtora OAS – T & T	4.362.564	2.934.214	4.774.202	3.706.717	(411.638)	(772.503)	597.735	(22.497)	–	–	–
Construtora OAS – Uruguai	241.886	174.107	670.016	685.410	(428.130)	(511.303)	–	(108.026)	–	–	–
Construtora OAS – Venezuela	–	–	1.827	6.692	(1.827)	(6.692)	–	(62.537)	–	–	–
Construtora OAS LLC	12.079	9.346	17.306	13.390	(5.227)	(4.044)	–	–	–	–	–
Edificações Itaiara	844	2.365	17.764	18.152	(16.920)	(15.787)	(93)	11.413	–	–	–
Gandines	322.206	335.937	125.311	132.559	196.895	203.378	101.893	11.413	–	–	–
OAS African	349.167	273.607	728.390	565.108	(379.223)	(291.501)	(37)	48	–	–	–
OAS Energy	124.131	101.563	16.399	13.435	107.732	88.128	–	(6.407)	–	–	

...continuação

Construtora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial															
Subtotal	Controladora		Consolidado		20. Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas		Controladora		Consolidado		Ativos: Contas a receber				
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021					
	(242.632)	(253.156)	265.575	546.099	Baixa de contas a receber		6.815	97.566	140.066	Construtora OAS S.A. -					
(-) Compensação com o ativo	(242.632)	(242.399)	(258.682)	(253.634)	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		(6.000)	(6.000)	226.673	Sucursal Argentina	R\$/ARS 0,029600				
Total	-	280.757	6.893	292.465	Provisão para contingências		1.139	2.596	(79)	Construtora OAS S.A. -	R\$/USD 5,217700				
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos	309.632	-	319.924	-	Resultado na venda de imobilizado e residual baixado		-	-	(538)	Sucursal Bolívia	R\$/USD 5,217700				
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivos	-	280.757	6.893	292.465	Perda em participação societária		-	-	-	Construtora OAS S.A. -	R\$/USD 5,217700				
Total	309.632	280.757	326.817	292.465	Perda para redução ao valor recuperável "impairment"		9.593	2.643	36.932	Construtora OAS S.A. -	R\$/PEN 1,378300				
Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme nota 1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, possuem em 31 de dezembro de 2024, provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 925.668 e R\$ 969.639, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.280.800 e R\$ 1.339.041, respectivamente.	16. Patrimônio líquido - Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$ 1.233.895, e está representado por 1.233.895.316 de ações ordinárias de valor nominal R\$ 1,00, sendo 1.233.895.312 da COESA P&E. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia para COESA P&E, correspondente a 100,00% do Capital Social integralizado. Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas: Representam a parcela não realizada da reavaliação de terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos e veículos. A parcela realizada da reserva de reavaliação baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pela Companhia. Outras reservas: Compreende, substancialmente, as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior e os efeitos das obrigações de benefícios pós-emprego. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.	Outros	(354.644)	(208.237)	(363.442)	(221.551)	(349.912)	30.619	230.529	181.582	OAS African Ltd	R\$/UYU 0,1306000			
Total	309.632	280.757	326.817	292.465	Construtora OAS Guinee		1.214	21.987	27.484	OGI Assets	R\$/USD 5,217700				
21. Resultado Financeiro					Total		14.667	76.528	95.660	362.040	452.551	543.062			
Receitas financeiras					Passivos: Fornecedores					Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto		
Juros recebidos ou auferidos:					Construtora OAS S.A. -					R\$/ARS 0,029600	1.027	30	38	45	
Sobre aplicações financeiras					Sucursal Argentina					R\$/USD 5,217700	6.809	35.527	44.409	53.291	
Sobre títulos a receber					Construtora OAS S.A. -					R\$/CLP 0,006100	140.668	858	1.073	1.287	
Sobre empréstimos e financiamentos					Sucursal Bolívia					R\$/COP 0,001100	167.269	184	230	276	
Variação monetária/cambial ativa					Construtora OAS S.A. -					R\$/CRC 0,008800	274.479	2.415	3.019	3.623	
Descontos obtidos					Sucursal Costa Rica					R\$/USD 5,217700	178	929	1.161	1.394	
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos					Construtora OAS S.A. -					R\$/PEN 1,378300	101.181	139.458	174.323	209.187	
Ajuste a valor justo - Fornecedores					Sucursal Chile					R\$/DOP 0,093300	772	72	90	108	
Ajuste a valor justo - Acordo global órgãos públicos					Construtora OAS S.A. -					R\$/CAT 1,433400	7	10	13	15	
Subtotal					Sucursal Equador					R\$/VEN 0,000001	11.012.419	11	14	17	
Despesas financeiras					Construtora OAS S.A. -					R\$/CLP 1,433400	30.770	239.280	299.100	358.920	
Juros pagos ou provisionados:					Sucursal Haiti					R\$/UYU 0,1306000	1.864.785	243.541	304.426	365.312	
Sobre fornecedores					Construtora OAS S.A. -					R\$/EUR 5,569400	909	5.063	6.329	7.595	
Sobre obrigações fiscais e sociais					Sucursal Honduras					R\$/USD 5,217700	264	1.377	1.721	2.066	
Sobre empréstimos e financiamentos					Construtora OAS S.A. -					R\$/LPS 0,212500	593	126	158	189	
Sobre debêntures					Sucursal Panamá					R\$/USD 5,217700	8	42	53	63	
Variação monetária/cambial passiva					Construtora OAS S.A. -					R\$/PEN 1,378300	101.181	139.458	174.323	209.187	
Comissões, despesas bancárias e fianças bancárias					Sucursal Peru					R\$/CLP 0,006100	140.668	858	1.073	1.287	
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos					Construtora OAS S.A. -					R\$/COP 0,001100	167.269	184	230	276	
Ajuste a valor justo - Fornecedores					Sucursal Uruguai					R\$/CRC 0,008800	274.479	2.415	3.019	3.623	
Ajuste a valor justo - Acordo global órgãos públicos					Construtora OAS S.A. -					R\$/USD 5,217700	178	929	1.161	1.394	
Subtotal					Sucursal Trindade & Tobago					R\$/T&T 0,771200	310.270	239.280	299.100	358.920	
Despesas financeiras					Construtora OAS S.A. -					R\$/UYU 0,1306000	1.864.785	243.541	304.426	365.312	
Juros pagos ou provisionados:					Sucursal Uruguai					R\$/VEN 0,000001	11.012.419	11	14	17	
Sobre fornecedores					Construtora OAS S.A. -					R\$/CLP 1,433400	7	10	13	15	
Sobre obrigações fiscais e sociais					Sucursal Venezuela					R\$/RAN 0,307700	19	6	8	9	
Sobre empréstimos e financiamentos					Construtora OAS S.A. -					R\$/EUR 5,569400	909	5.063	6.329	7.595	
Sobre debêntures					Construtora OAS S.A. -					R\$/USD 5,217700	592	1.183			
Variação monetária/cambial passiva					Construtora OAS S.A. -					R\$/CLP 1,433400	592	1.183			
Comissões, despesas bancárias e fianças bancárias					Construtora OAS S.A. -					R\$/USD 5,217700	71	370	463	555	
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos					Sucursal Argentina					R\$/USD 5,217700	43	224	280	336	
Ajuste a valor justo - Fornecedores					Construtora OAS S.A. -					R\$/UYU 0,1306000	437.662	57.159	71.449	85.739	
Ajuste a valor justo - Acordo global órgãos públicos					Sucursal Bolívia					R\$/CLP 0,006100	29.729	3.883	4.854	5.825	
Subtotal					Construtora OAS S.A. -					R\$/CRC 0,008800	373.872	48.828	61.035	73.242	
18. Receita líquida					Sucursal Costa Rica					R\$/USD 0,1306000	396.694	51.808	64.760	77.712	
Receita bruta:					Construtora OAS S.A. -					R\$/CLP 0,006100	46.999	245.227	306.534	367.841	
Mercado interno	210.389	58.972	284.758	202.941	Sucursal Equador					R\$/USD 5,217700	5.783	30.174	37.718	45.261	
Mercado externo	-	853	17.060	853	Construtora OAS S.A. -					Total	1.106.602	1.383.258	1.659.908		
Total	210.389	59.825	301.818	203.794	Efeitos no patrimônio considerando os cenários					Emprestimos em moeda estrangeira	17.057	21.321	25.586		
Impostos incidentes sobre a receita	(11.523)	(5.903)	(15.782)	(12.708)	Risco de perda possível:	Conforme demonstrado					Efeito no patrimônio considerando os cenários	(190.409)	(380.813)		
Receita líquida	198.866	53.922	286.036	191.086	A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 32.511.990 e R\$ 32.557.226, na Controladora e Consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2022. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma prov										